

lo Brasil" de ontem publicou uma entrevista do Sr. Superintendente da SUDAM, na qual, entre outras coisas, diz S. S.º:

"O Superintendente da SUDAM lamenta que parlamentares, por interesses contrariados, venham realbrar campanha contra sua administração, na qual não leva em consideração os interesses de ordem pessoal, mas os interesses nacionais. É uma campanha sem nenhuma grandeza" — Diz o Sr. João Walter.

Sr. Presidente, como a entrevista do Sr. Superintendente da SUDAM é publicada no dia seguinte aquele em que, nesta Casa, vários Deputados do Estado do Pará teceram críticas a S. S.º, a sua gestão na SUDAM, é óbvio que não ficou querendo enfiar a carapuça de ninguém, porque se trata, evidentemente, de uma insinuação bem caracterizada.

É lamentável o que se passa, hoje em dia, no País os homens públicos se julgam impotentes, matacáveis e infalíveis, a noção daquela ramba da Cactano Veloso, eles se julgam uns *superbucanas* e não admitem que alguém ouse encontrar qualquer defeito no seu comportamento.

No caso da SUDAM, o que os Deputados do Pará, através de vários pronunciamentos, fizeram foram três críticas; uma se refere a estrutura legal da SUDAM modificada para pior, o que é verdade; a segunda refere-se à pessoa do Sr. Superintendente, que não é homem da região, o que é verdade, e a terceira a ter-se criado na região, depois que o Sr. João Walter entrou para a Superintendência da Valorização da Amazônia, ou o Sr. Ministro Albuquerque Lima para o Ministério do Interior, a lenda de que há necessidade de se separar a Amazônia.

Existe hoje, patrocinada pelo Sr. Ministro do Interior, ou pelo Sr. Superintendente da Valorização, uma espécie de guerra da sucessão do ocupante, através do qual se defende a necessidade de desenvolver a Amazônia Ocidental, deixando de lado a outra parte da Amazônia. Isso, no fundo, é de um ridículo tremendo, e não resiste a qualquer fundamento histórico, zoológico ou econômico. A verdade é que a Amazônia é uma só e o Pará não pode ser excluído — como desejam alguns homens públicos, hoje no País — dessa Amazônia geográfica, legal, ou seja lá de que Amazônia for. Isso de dizer que a Escola Superior de Guerra, ou o Sr. Ministro Albuquerque Lima acham que tem de haver tal divisão, nós não podemos aceitar. O que ocorre talvez é que esses responsáveis pelo Poder Público têm medo — quem sabe? de atingir outras Unidades que, é possível não se caracterizam tão bem quanto a Amazônia, como é o caso do Maranhão de V. Ex.º, Sr. Presidente Lúcio Rodrigues, como é o caso de Goiás e Mato Grosso. Como se trata de Unidades politicamente poderosas, elas preferem então eliminar da Amazônia quem é realmente da Amazônia e inventam essa história de Amazônia Ocidental, já que Goiás e Mato Grosso foram contemplados com a SUDECO e o Maranhão de V. Ex.º, tem a proteção da SUDENE.

Verifica-se, então, que se deseja colocar como encaixe espírito, no Amazônia, o Estado do Pará. É contra política, contra essa orientação do Superintendente da SUDAM que o Estado do Pará se está levantando.

Nada temos de pessoal contra S. S.º mas não podemos admitir essa situação que é de desejo implantar na Amazônia, numa interpretação recente numa tese recentíssima, com a qual não podemos concordar. É lamentável, portanto, que o Superintendente lance mão dessas injúrias, dessa insinuações para procurar atingir Depu-

tados. Isto é muito cômodo porque não há classe mais vimeável perante a opinião pública do que o Deputado, o político. E tanto é verdade que o próprio Superintendente, achando que político é meio leproso, coloca-se na Superintendência dizendo que é apolítico. E hoje, no Brasil, para parecer um cidadão inatacável diz-se ser apolítico. E, assim, lançam essas insinuações moléculas contra os parlamentares, porque tudo que se diga contra o político, hoje, é bem recebido pela opinião pública, e largamente divulgado pelos órgãos de imprensa, manejados pelos homens do Poder Executivo.

Desejo, aqui, deixar o nosso protesto contra estas insinuações do Superintendente da SUDAM. Não há interesse pessoal contrariado de nenhum Deputado da Amazônia, nem do Pará. Por uma questão de escrúpulo, de resguardo, evitemos até passar pela calçada do Edifício da SUDAM, porque seguimos o princípio do Evangelho de que devemos evitar não o mal, mas até mesmo a aparência do mal. Se há interesses contrariados, são os do Estado do Pará. E não podemos concordar com que esses interesses sejam postergados pela administração da SUDAM. *(Muito bem.)*

O SR. MAURILIO FERREIRA LIMA:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, em novembro de 66, nove cidadãos brasileiros, deitando a prepotência e o arbítrio de um grupo minoritário, que através de um golpe militar empolgara o poder ao País, se submetiam ao julgamento popular, disputando o voto livre e secreto do povo paulista. Naquela época, e como hoje, já o poder civil estava esmagado pela bota e pela espada de um grupinho e "as eleições" para qual se convocava a nação constituíam a grande farsa que haveria de mascarar a ditadura encoberta, com alguns aspectos de democracia.

Foi negado ao povo, em nome do povo, o seu sagrado direito de eleger seu presidente, cuja escolha se processaria através de um Congresso emasculado por votação nominal e a descoberto. E não ficou aí a escalada criminosa contra as prerrogativas democráticas. As eleições para governadores de alguns Estados se processaram dentro de um clima de coação nunca visto, e os candidatos que a disputaram eram todos tutelados e consentidos pela ordem dominante. E mesmo dentro dessa farsa, o povo brasileiro reagiu, votando naquele que recebeu do governo a triste e melancólica incumbência de executar o papel de oposicionistas. Irritados com essa reação popular, tiraram do povo brasileiro também o direito de eleger seus governadores, e para o restante dos Estados foram nomeados como governadores os consensais, anfrifios e bobos da corte do Ditador. Mas o Congresso precisava ser renovado e se aproximava o dia fatal das eleições. Já estavam marginalizados da vida pública os principais líderes e mais de 3.000 brasileiros atingidos de uma forma ou de outra pela trameja arrancada da fúria do Ditador. Mas os densos tinham sede e as bestas apocalípticas do fascismo dominante exigiam mais. Novas leis de ineligibilidades estreitaram ainda o tortuoso caminho para a vida pública, para quem não rezava pelo credo do ditador. E apesar desse quadro melancólico as forças populares mesmo sabendo que no fundo estavam colaborando com a ditadura, resolveram participar da grande farsa que se montava. O resultado, como não podia deixar de ser, não foi nada alvissareiro, mas as oposições tinham cumprido seu dever. E os nove cidadãos paulistas saíram das urnas consagrados pelo voto popular. Sete deles vieram para o Parlamento Nacional e os dois restantes para a Assembleia

Legislativa. Durante mais de um ano exerceram com tanta dignidade e altivez os seus mandatos que enobreceram esta Casa, elevando o prestígio do Poder Civil.

Mas como não podia deixar de ser, tinham de pagar o preço por pretenderem ousadamente proceder com honradez, como ocorre em todo País onde se procura institucionalizar a covardia e a desonra. E, como em toda ditadura desenvolvida e encoberta, os donos do poder não tiveram a coragem de enfrentar esses desarmados e indefesos cidadãos frente a frente. Percebam-se de um instrumento e prontamente o acharam em um penetra da vida pública que amargava um justo ostracismo imposto pela soberana vontade popular.

Triste papel desse cidadão que, na farsa montada com o golpe de abril, só teve vez com o marionete e fantoche dos poderosos. Vivemos numa subversão total desde que o militarismo se apessou do nosso País. A começar pelo idioma que teve o sentido de suas palavras modificado. Golpe virou revolução, ditadura, democracia, e hoje no Brasil não se diz mais covardia, isto hoje se chama prudência. E, se o exemplo foi dado, nós também temos nossa própria subversão na sinonímia. Se quisermos tachar alguém de corajoso, digno e honrado, não precisamos usar essas palavras, usamos seus sinônimos, David Lerer, Hélio Navarro e Gastone Righi. Destaco estes três ilustres brasileiros, sem desmerecer seus companheiros de infortúnio, porque antes de nesta Casa por os pés, já os conhecia de nome pela bravura com que procedem na vida pública. Em Pernambuco, meu Estado no Rio onde vivo, em qualquer parte do Brasil por onde ando quando bato à porta de um lar e encontro compatriotas nossos amargurados com a triste situação em que versa o Brasil, a esperança ainda não morreu nos seus corações, pois como salvos da tormenta ainda restam na vida pública brasileira um David Lerer, um Hélio Navarro, um Gastone Righi.

E aqui digo a tão ilustres companheiros: Exigem as suas cabeças, porque vocês tiveram o direito de ser eleitos direta e espontaneamente pelo povo enquanto os caracóis da democracia jamais tiveram de fruir esse orázer. Haverão de morrer com honras e desprezados sem nunca terem a satisfação de receberem o voto popular. Felizmente, dentro da sensibilidade para o formal que empolga o grupo militar dominante, a palavra final está entregue a Justiça e ainda é muito recente para que todos nós esqueçamos o papel refronador que o Poder Judiciário na sua majestade exerceu sobre a sanha pantagruélica do fascismo brasileiro.

No dia do julgamento, cada Ministro do Tribunal Superior Eleitoral terá dois caminhos a escolher. Entrarão na história com a dignidade e altivez de um Ribeiro da Costa ou cairão no lugar comum dos copiadores de leis casuísticas e arbitrárias que à força das balonetas posam de juristas. E aqui para encerrar a nossa inabundável fé e confiança na honradez dos ilustres julgadores. *(Muito bem.)*

O SR. JOSE SALLY:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para, mais uma vez, chamar a atenção de S. Ex.º o Sr. Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andrezza, para a ultimção do asfaltamento da Rodovia RJ-84, que liga o Município de Cantagalo à Itaocara, ramal rodoviário em substituição a ramal ferroviário extinto, por ser deficitário.

Atérvos de requerimento de informações e de pronunciamentos felizes

por duas vezes seguidas desta tribuna, fiz caloroso apelo ao Exmo. Sr. Ministro dos Transportes, que, em deferimento aos mesmos, deu-me inteira ciência dos elevados propósitos daquela importante Pasta da Administração Pública Federal, afirmando que levaria a bom termo o objetivo constante dos meus modestos e despreziosos discursos.

Sou grato a S. Ex.º, pela maneira cortês e prestimosa com vem atendendo, indiscriminadamente, aos Sr. parlamentares, nos seus assuntos de alta relevância para o interesse público. Todavia, sou forçado a voltar ao assunto, considerando que, por informes chegados ao meu conhecimento, o referido asfaltamento irá somente até a cidade de Euclidelândia, sem se estender às localidades de: Boa Sorte, Laranjais, Cel. Teixeira, Itaocara e Portela, tudo compreendido dentro do trecho do ramal ferroviário extinto.

Se verdadeiras as notícias por mim recebidas, terá aquele Ministério praticado, com a resolução tomada, inominável injustiça, em prejuízo de uma vasta e fértil região, com sensível população e acentuado tráfego. Será uma obra realizada pela melade, quando o prometido foi sempre no sentido de sua completa recuperação, com o asfaltamento geral de todo o trecho em causa.

Destarte, ocupo esta tribuna para pedir a atenção de S. Ex.º Sr. Ministro Mário Andrezza, convicto que estou de que tais fatos não sejam do seu conhecimento.

Aguardando as providências imediatas para o esclarecimento que se faz necessário, dou a palavra a S. Ex.º, reservando-me para voltar ao assunto, em outra oportunidade, se aconselhável, pois que, sem protesto, não deixarei que se pratique tamanha injustiça ao povo trabalhador e digno dos municípios de Cantagalo e Itaocara. *(Muito bem.)*

O SR. ADHEMAR GHISI:

(Comunicação. Lê) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada pode ser mais triste e desesperador do que a esperança frustrada. Principalmente se quem espera é doce, é puro de coração.

Do último conflito que conflagrou o mundo, participaram milhares de brasileiros. Revivendo as glórias e os triunfos dos nossos antepassados, portaram-se como verdadeiros bravos. A história contemporânea, escrita nas crônicas e constantes dos estudos dos homens de várias raças e línguas está aí para atestá-lo.

A sua volta outros muitos milhares de seus compatriotas os aguardavam com a efusão de sentimentos que se apressara de cada um e de todos. Era o Brasil do Futuro, já se orgulhando dos feitos dos seus filhos no presente.

Ao correr dos tempos, o esquecimento, essa outra constante do coração humano. E com o esquecimento, a frustração dos que são mansos de espírito e de oração.

A carta que recebo do Presidente da Seção de Santa Catarina, da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Sr. João Alves da Costa triste, desesperançada e reportada de mágoas e de um dedicado e prestativo ser humano que ontem foi um herói campanhas Italianas e continua a sô-lo hoje, na prestação de assistência a seus companheiros vivos e às suas famílias, abandonadas, em diversos casos, à sua própria sorte.

O melhor que se poderá fazer para levar a quem de direito sua palavra, que é um grito de desespero, e seu apelo, que é um angustiado clamor de justiça, é ler sua carta, longa car-